

## 93.—Dolmen de Montabrão

D'este dolmen fala Carlos Ribeiro nos *Estudos Prehistoricos*, I, (1880), 9 sgs., onde lhe consagra belas páginas.—Tendo eu ido ao local em 1896, tomei os seguintes apontamentos:

O dolmen está ainda em parte soterrado, e de certo na primitiva foi todo coberto. O terreno é descampado, e nu de arvoredo; quasi bastava a acção atmospherica para esboroar a mamoa. A tampa acha-se tombada, apenas apoiada em alguns esteios: por isso os pastores, tapando as fendas com pedras miudas, ajeitaram aquele recanto do dolmen para fazerem uma *casinôla*<sup>1</sup> contra a chuva.—O povo chama ao dolmen *Casa dos Moiros*.

\*

N. B.—Todos os desenhos, com excepção dos n.ºs 7 a 9, 11, 16, 19, 20, 46 a 48, 55 a 58, 76, 77, 81, 82, 87 a 89, e 92, foram feitos pelo Desenhador do Museu, Saavedra Machado, ou directamente dos objectos, quando existentes no Museu, ou por esbôços que eu trouxe das excursões. Os que tem os citados números foram feitos pelo preparador interino, Ruy Sedas Pacheco.

J. L. DE V.

**Medalha conferida pelo Príncipe Regente,  
D. João, a dois italianos que salvaram a igreja e hospital  
de Santo António dos Portuguezes, em Roma**

Da colecção iniciada por José Lamas

Na orla, a legenda, que começa do lado esquerdo em baixo: IOHAN · BRASIL · PRINCEPS LVSTAN · REGENS. Busto do Príncipe Regente, voltado de perfil para a direita, descoberto, com uma trança de cabelo caída para as costas e atada com um laço; com colarinho de renda, vestuário ornamentado, e manto, do qual apenas se vê uma parte em frente do peito, a tiracolo. No exergo, por baixo do corte do braço, a assinatura: G. HAMERANI || 1800.

<sup>1</sup> Esta *casinôla* (que não é forçoso se construa num dolmen, mas se pôde construir de pedras sôltas, em qualquer sitio) é do mesmo tipo da *casola*, de que falei na *Hist. do Museu*, p. 57. No Alentejo os pastores fazem contra a chuva um *abrigo*, com uma *cancela* e uma *pasta*, fabricadas de varas de alandro, piorno e palha ceiteia: a *pasta* encosta-se á *cancela*, e fôrma com ela angulo diedro, prolongando-se porém esta mais que a outra; o perfil ou côrte é assim:  $\lambda$ . Tanto a *casinôla* e *casola*, como o *abrigo*, reproduzem tipos primitivos de habitação. Os selvagens modernos oferecem tambem muitos exemplos.

B. Na orla, coroa feita com dois ramos de louro cujos pés se cruzam em baixo e cujas pontas quasi se tocam no alto. Ao centro, em oito linhas horizontais, a inscriçãõ: FIDELI || DE SANCTIS || ET || TOMAE HERCVLANIO || OB TEMPLVM || S. ANTONII DE VRBE || SERVATVM || MDCCIC (*sic* = 1799)<sup>1</sup>.

Æ. Diâmetro: 50 milímetros. M. b. c. O rebordo está mal acabado e como que um pouco rebatido a martelo. Muito rara.

A existência desta medalha é já de há muito conhecida por uma notícia histórica, muito interessante, intitulada: *Dois Italianos Benemeritos*, publicada por Ribeiro Guimarães no seu *Summario de Varia Historia*, Lisboa 1873, vol. III, pp. 183 sgs.<sup>2</sup> Quando lêmos esta notícia, que achámos interessantíssima, nem sequer nos passou pela mente a idea de que seria possível alcançarmos um dia um exemplar da medalha, da qual, para mais, supúnhamos existirem sómente dois exemplares de ouro; no entanto, ficou-nos bem gravada na memória a descripção dela. Felizmente, porém, enganámo-nos: passado pouco tempo foi-nos enviado pelo falecido negociante de moedas de Amsterdã, Schulman, o catálogo das *Collections de M. Egbert Smilda à Utrecht de feu M. le Colonel J. A. Ort à la Haye de M. le Dr. Manoel Ramos de Pilar de Alagoas* — cuja venda em leilão devia realisar-se em Dezembro de 1908 —, onde, a p. 114, sob o n.º 2162, deparámos com a descripção de um exemplar de cobre da medalha, com a indicaçãõ de *fort rare*. Oferecemos por êle até 27 florins e obtivemo-lo por 24.

A aquisiçãõ do exemplar da medalha fez despertar em nós a curiosidade de sabermos mais pormenores da história dela, e como Ribeiro Guimarães não citava o local aonde se encontravam os documentos que se lhe referem e que por êle haviam sido consultados, tivemos de os procurar. Fomos encontrá-los no *Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, na caixa n.º 8 da *Legaçãõ de Portugal em Roma (correspondencia antiga)*<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Não ha duvida de que este milésimo está assim escrito e, além disso, corresponde à data do facto a que a medalha se refere.

<sup>2</sup> Deu-nos conhecimento desta notícia o falecido bibliófilo Aníbal Fernandes Tomás.

<sup>3</sup> São os seguintes:

a) Despacho n.º 17, do ano de 1799, de 25 de Outubro de 1799 ao qual estão reunidos os dois documentos que se seguem (*b* e *c*);

b) Escritura ou Instrumento de aforamento perpétuo a favor de Fedele de Santi, do domínio útil da Igreja, e casa anexa, de Santo António dos Portugue-

No presente trabalho, que é como que um suplemento à notícia dada por Ribeiro Guimarães, vamos tornar conhecida a estampa da medalha e refazer a história desta acrescentada com alguns pormenores, colhidos nos documentos supra citados, que aquele autor não mencionou, sem contudo desprezarmos o trabalho de Ribeiro Guimarães, que muito apreciamos, visto ter sido por êle que tivemos conhecimento da medalha e da respectiva história.

Em 1799 os franceses invadiram a cidade de Roma e cometeram ali, como costumavam, várias espécies de desacatos e vandalismos, como se pode, em parte, ajulzar pelas seguintes passagens do despacho que o nosso Encarregado de Negócios junto da Santa Sé, Luís Álvares da Cunha Figueiredo, dirigiu de Roma, em 25 de Outubro de 1799, a Luís Pinto de Sousa Coutinho: «Tendo participado a »V. Ex.<sup>a</sup> na minha precedente, q'. das cartas de Veneza dependeria »a minha partença p.<sup>a</sup> o Conclave, ou p.<sup>a</sup> Roma, dandome aquellas »huns quinze dias de tempo, deste me aproveitei, e entrei posso dizer »no sitio onde foi Roma; esta se não conhece, poquissimas Igr.<sup>as</sup> »existem, tendo sido as outras vendidas a pessoas que as demolirão »p.<sup>a</sup> se aproveitarem dos materiaes, e meterem em humas tavernas, »em outras carruagens etc. Os milhores Palacios se achão não som.<sup>to</sup> »sem paratos, quadros etc., mas todos ruinados tendolhes tirado »athe as cinturas de ferro, q'. passavão de huma a outra parede; a

---

ses em Roma, feito por notário público em 25 *Fiorile* (Floréal), do ano 7.<sup>o</sup> da era republicana e 2.<sup>o</sup> da república romana. Está redigido em italiano e tem a seguir um auto de avaliação dos edificios feita por um architecto, e duas declarações de que o contrato de enfiteuse era feito não sómente com Fedele de Santi, mas também com Tomasso Ercolani porque os dois se tinham, para aquele fim, constituído em sociedade;

c) Auto de cedência da Igreja, e casa anexa, de Santo António dos Portugueses em Roma, feita à Côrte de Portugal por Tomasso Ercolani. Está também redigido em italiano.

Tanto êste documento como o antecedente, são traslados feitos por notário, tendo ambos o competente sinal dêste;

d) Despacho n.º 18, do ano de 1799, datado de Veneza, 18 de Novembro de 1799;

e) Despacho n.º 19, do ano de 1799, datado de Veneza, 22 de Novembro de 1799;

f) Despacho n.º 9, do ano de 1800, datado de Roma, 19 de Abril de 1800;

g) Despacho n.º 18, do ano de 1800, datado de Roma, 25 de Agosto de 1800;

h) Despacho n.º 27, do ano de 1800, datado de Roma, 25 de Dezembro de 1800;

i) Despacho n.º 1, do ano de 1801, datado de Roma, 10 de Janeiro de 1810:

»cid.º sem população, e a poca (*sic*) gente, q'. se encontra he de tal  
 »forma reduzida, q'. parece hum hospital de convalescentes; finalm.<sup>te</sup>  
 »toda a nobreza se acha reduzida a huma consternação indizível sem  
 »carruagem, cavallos, e m.<sup>tos</sup> sem criados, apontarei por exemplo  
 »a caza Altieri, que m.<sup>tas</sup> vezes passou sem jantar.

»Devo attribuir a milagre de S.<sup>to</sup> Ant.<sup>o</sup> o ser izenta de tanta ca-  
 »lamid.º a Real Igr.<sup>a</sup>, sendo esta, ainda q'. pequena, huma das mais  
 »bellas, e ricas de dourado, e marmores, foi salva da por hum carpin-  
 »teiro de carruagens, q'. comovido de hum justo zelo a comprou com  
 »pretexto de fazer hum armazem, entregando immediatam.<sup>te</sup> as chaves  
 »ao meu secretario, rezervando-a assim de todo o insulto: as cazas  
 »a ella pertencentes forão todas dadas em Enfiteuze com Instrumen-  
 »tos publicos em nome da Republica Franceza, de q'. não remetto  
 »copias, julgando-as inuteis»<sup>1</sup>.

Vê-se por este despacho que a Igreja e casa anexa de Santo António dos Portugueses, em Roma, estiveram sériamente ameaçadas de serem destruídas ou profanadas pelos franceses, como havia succedido a vários outros edificios, mas que foram salvas . . . por *milagre de S.<sup>to</sup> António*. A forma como o *milagre* se operou consta dos *Instrumentos públicos* que acompanham o despacho supra transcrito: dois beneméritos italianos, ambos carpinteiros de carruagens, ao que

---

todos estes despachos estão assinados pelo Encarregado de Negócios de Portugal em Roma, Luís Álvares da Cunha Figueiredo, e são dirigidos a Luís Pinto de Sousa Coutinho.

São estes os documentos que se referem propriamente à medalha; vem, no entanto, a propósito dizer que no mesmo arquivo existem quatro caixas que tem por fora o dístico de *Igreja de Santo António dos Portugueses em Roma*, nas quais estão guardados importantes documentos referentes à administração da referida Igreja, a reformas de estatutos por que ela se tem governado, e a vários outros assuntos.

Um outro documento, muito curioso por conter a história resumida da Igreja referida, é uma *Reflexão* (*sic*), apensa ao despacho de 25 de Janeiro de 1802, que se acha arquivado na caixa n.º 8 da *Legação de Portugal em Roma*. Vários outros despachos da mesma caixa referem-se ao assunto.

Cumpre-nos agora declarar que na busca dos documentos que acabámos de apontar nos prestou valioso auxilio o muito digno e ilustrado arquivista do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Sr. José Carlos Pinto Garcia, a quem por isso nos confessamos, mais uma vez, muito gratos.

<sup>1</sup> Apesar desta declaração, os documentos a que o Encarregado de Negócios se refere encontram-se no *Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros* reunidos ao despacho que acabámos de transcrever, certamente porque o Encarregado, mudando de opinião, resolveu enviá-los.

parece, Fedele de Santi e Tomasso Ercolani, movidos por piedoso zelo e desejosos de praticarem uma boa acção, tanto em beneficio da religião que elles professavam como da Córte de Portugal, resolveram evitar a profanação e ruína dos referidos edificios tomando-os por aforamento, com o pretexto de neles fazerem um depósito ou armazém, mas com a idea, preconcebida, de os restituírem à Córte de Portugal, na primeira oportunidade.

O contrato de enfiteuse foi lavrado em Roma, na secretaria da administração francesa (antigo colégio germânico), por um notário público, em 25 do *Fiorile* (Floréal), do ano 7.º da era republicana, e 2.º da república romana (14 de Maio de 1799), outorgando nele, em primeiro lugar o *cidadão* Reboul, agente do commissário civil da república francesa em Roma, e em segundo lugar o carpinteiro Fedele de Santi, que aceitou por si, e por seus herdeiros e sucessores, tomar perpétuamente por enfiteuse o domínio útil da Igreja e casa anexa, denominada de Santo António dos Portuguezes, com a obrigação de pagar anualmente à Academia de França, ou a quem esta devolvesse esse direito, em duas prestações, a quantia de vinte e cinco escudos, *mtã* (moneta) *efettiva d'Argento da paoli X*, quantia que correspondia ao tærço do rendimento anual que os referidos edificios deviam ter, ou sejam 75 escudos, segundo uma avaliação préviamente feita pelo architecto Sublegras.

São sete as condições exaradas no contrato.

Na primeira declara-se que, devendo a concessão enfitêutica considerar-se feita a partir do dia em que o contrato se assinou, ficariam a pertencer ao enfiteuta, desde esse dia, todos os rendimentos da dita casa;

Na segunda declara-se que o domínio directo e propriedade da casa, ainda que esta com o andar dos séculos fôsse totalmente renovada desde os alicerces, pertenceria sempre à república francesa, e para que disso nunca se perdesse a memória, ella reservava-se o direito de mandar colocar no muro da dita casa, do lado da rua pública, uma lápide com uma inscrição indicativa da referida propriedade;

Na terceira reconhece-se ao enfiteuta e aos seus herdeiros e sucessores, o direito de fazerem na casa os melhoramentos, acomodações e reparações que entendessem, devendo, porém, a casa conservar sempre o aspecto característico desta especie de edificação;

Na quarta ficou consignado que, se o enfiteuta faltasse, durante dois anos consecutivos, ao pontual pagamento do fóro, e se não mantivesse a casa no estado decente em que se encontrava, a Academia de França, ou a pessoa a quem ella devolvesse esse direito, ficava

com a faculdade de declarar consolidado a seu favor o domínio útil com o domínio directo, da referida casa;

Na quinta proíbe-se ao enfiteuta e aos seus herdeiros e sucessores, o venderem, alienarem, permutarem ou disporem *inter-vivos* ou *mortis-causa*, da dita casa e Igreja, quer no todo, quer em parte, a favor de pessoas poderosas, lugares pios, conventos, mosteiros, casas religiosas e de *mão-morta*; caso contrário, ficaria consolidado o domínio útil com o directo a favor da Academia de França;

Na sexta impõe-se ao enfiteuta o encargo do pagamento de todas as despesas com escrituras, autos, cópias, etc., de modo que a Academia de França delas ficasse sempre liberta;

Na sétima compromete-se o enfiteuta a conservar e guardar a casa como bom enfiteuta.

A seguir a estas condições, que estão numeradas, encontra-se no contrato uma cláusula que proíbe ao enfiteuta, e aos seus herdeiros e sucessores, o remirem o fôro anual em tempo algum, mesmo que tal lhes fôsse permitido por leis já promulgadas ou que de futuro o fôsem. Finda depois o contrato com as garantias dadas pela república francesa ao enfiteuta.

Em seguida ao contrato contém o documento que acabámos de extractar: primeiramente, um auto ou relatório da avaliação da Igreja e Casa de Santo António, feita pelo architecto Sublegras, e depois duas declarações, constando da primeira, em resumo, que o contrato de enfiteuse, com todos os direitos e obrigações correlativas, não obstante ter sido feito sómente a favor de um dos signatários da declaração, Fedele de Santi, deveria entender-se como tendo sido feito, também, em nome do outro signatário da mesma, Tomasso Ercolani, visto que ambos estavam associados para aquele fim; na segunda declaração Fedele de Santi como que ratifica o que na primeira ficou estabelecido.

Em 2 de Outubro de 1799 assinou Tomasso Ercolani, sómente, uma outra declaração de renúncia de todos os seus direitos à Igreja e Casa de Santo António dos Portugueses, a favor da Côrte de Portugal. Começa êste documento por narrar resumidamente os motivos que levaram os dois beneméritos italianos a aforarem os referidos edificios e a forma como realizaram o aforamento, o que tudo fizeram não com intuitos de lucros materiais, mas simplesmente com a intenção de livrarem a Igreja da destruição e de a restituírem no mesmo estado à Côrte de Portugal.

Provavelmente Fedele de Santi assinou declaração idêntica, que não encontrámos no arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A forma como foram recompensados pelo Príncipe Regente, D. João, os dois generosos e beneméritos carpinteiros consta dos seguintes extractos dos despachos enviados pelo nosso Encarregado de Negócios em Roma, Luís Álvares da Cunha Figueiredo, para Luís Pinto de Sousa Coutinho:

a) Despacho n.º 18, de Veneza, 18 de Novembro de 1799:

«§ 6 ... temse dado todas as providencias p.<sup>a</sup> se recuperar o q'. se »poder de S.<sup>to</sup> Antonio, e do Palacio aonde se achão já alguns mo- »veis».

b) Despacho n.º 19, de Veneza, 22 de Novembro de 1799:

«§ 8 No meu officio de 25. Outubro n.º 17.<sup>1</sup> remetti a V. Ex.<sup>a</sup> »não som.<sup>to</sup> o Instrum.<sup>to</sup> do Emfiteuse, q a França fez da Igreja de »S. Ant.<sup>o</sup> a dois carpinteiros, mas o Instrum.<sup>to</sup> de Doação, q'. estes »com tanta generosidade fizerão à d.<sup>a</sup> Nação Portugueza, tanto da »d.<sup>a</sup> Igreja, Hospital, e moveis, q. alli se achavão, que de huns du- »zentos e trinta pesos duros, q' gastarão p.<sup>a</sup> a resgattarem: qual »seja a forma de remonerar èsta sorte de gente, eu a não sei, e só me »lembro de poder regalar-lhe huma medalha de ouro deste valor »com o Retrato do Principe N. S.<sup>r</sup>, e algũa inscripção, mandando »metter na Igreja huma lapide, q faça memoravel este facto, q não »deixa já de ser sabido com admiração por toda a Italia, dando- »lhes em millhor tempo alguma sorte de patente, com q. sejam de »alguma forma reconhecidos como protegidos da nossa corte: p.<sup>a</sup> tudo »isto espero as ordens de V. Ex.<sup>a</sup> a q.<sup>m</sup> D. G. m.<sup>os</sup> An.<sup>s</sup> Venecia aos »22 de Novembro de 1799».

c) Despacho n.º 9, de Roma, 19 de Abril de 1800:

«§ 5.º No meu Off.<sup>o</sup> do anno passado n.º 19: § 8: ponderei a »V. Ex.<sup>a</sup> a generozid.<sup>o</sup> com q'. dois carpinteiros de carruagens sal- »varão a Regia Igr.<sup>a</sup> de S.<sup>to</sup> Ant.<sup>o</sup> do poder dos Francezes, fazendo »de tudo Doação a Nação Portugueza, como constava dos Instrum.<sup>tos</sup>, »que remetti, como tambem ponderei no mesmo artigo a forma de os »remunerar, e como fico persuadido q'. S. A. R. não permittirá q'. »esta eroica ação aqui bem conhecida fique sem remuneração, espero »q'. V. Ex.<sup>a</sup> me diga se aprova o q'. no d.<sup>o</sup> Off.<sup>o</sup> partecipei».

<sup>1</sup> Vid. supra a competente transcripção.

d) Despacho n.º 18, de Roma, 25 de Agosto de 1800:

«Com a chegada de varios correios recebo dois Desp.ºs de V. Ex.ª  
 »o primr.º . . . o segd.º em data de 9: de Julho pelo qual vejo foi  
 »S. A. R. o Principe N. Snr'. servido aprovar tanto a partença do  
 »Pencionado Ant.º Joaq.º, como a remuneração q'. se deve fazer  
 »aos dois carpintr.ºs q'. salvarão a Real Igr.ª de S. Ant.º, e lapide  
 »q'. alli se deve metter; e como por huma casualid.º eu me acho mu-  
 »nido de hum retrato do Principe Regente N. S.ª feito por hũa Ita-  
 »liana, q'. esteve em Portugal, e q'. me disse teve a honra de o po-  
 »der retratar p.ª a Princeza N. Sr.ª, não precisarei de outra copia . . .».

e) Despacho n.º 27, de Roma, 25 de Dezembro de 1800:

«§ 4.º Venho de executar as ordens de Sua Alteza Real o Principe  
 »Regente Nosso Senhor, tendo feito cunhar as duas medalhas de  
 »ouro para os dois carpinteiros que salvarão Santo Antonio, que  
 »lhes forão entregues com as respectivas Patentes, e huma pequena  
 »somma a cada hum, como melhor participarei a V. Ex.ª, tendo ao  
 »mesmo tempo tirado algumas de cobre para dar a diversas pessoas,  
 »achando-se em meu poder huma de prata para remetter a V. Ex.ª  
 »com a primeira occasião. Como será memoravel a ação dos ditos  
 »dois carpinteiros, assim e muito mais será eterna a generozidade  
 »com que Sua Alteza Real vem de os recompensar, tendo pellas cri-  
 »ticas circumstancias feito esta generozidade hum brado universal».

f) Despacho n.º 1, de Roma, 10 de Janeiro de 1801:

«§ 5.º Remetto tambem hoje a lista dos gastos do ultimo tri-  
 »mestre do anno passado q.' com a factura dos cunhos, medalhas  
 »de ouro, costumado xicolate (sic), e outras coizas de q.' remetto  
 »os originaes recibos, ficando nos Archivos as copias importou em  
 »1:956\$280 r.ª, q.' V. Ex.ª serà servido mandar passar a Paulo  
 »Jorge sobre q.º tiro segd.º o costume.

«§ 6.º Tambem hoje remetto a V.ª Ex.ª por via do nosso Embai-  
 »xador em Madrid huma medalha de prata das q.' aqui fiz cunhar,  
 »e ainda q.' o artista hera o melhor, sendo o q.' trabalha na moeda,  
 »com tudo não passa de passavel; tal he o estado em q se acha  
 »Roma, athe de artistas».

Com o auxilio dêstes despachos reconstitui-se assim a história da medalha: o Encarregado de Negócios em Roma, Luís Álvares da

Cunha Figueiredo, depois de participar para o Reino, enaltecendo-a, a acção generosa dos dois beneméritos italianos, lembrou que elles pudessem ser recompensados com medalhas de ouro com o valor de 230 pesos duros, correspondente à despesa que elles haviam feito com o aforamento da Igreja e Hospital de Santo António. Aprovada a lembrança pelo Príncipe Regente, D. João, e obtida dêste a devida autorização, o que lhe foi comunicado por despacho de 9 de Julho de 1800, tratou o Encarregado de Negócios de mandar cunhar a medalha na Casa da Moeda de Roma, pelo gravador Hamerani<sup>1</sup>, a quem ordenou que fizesse reproduzir no anverso daquela, um retrato do Príncipe Regente, de que elle possuía uma cópia, que havia sido tirado do natural, em Lisboa, por uma italiana, para a Princesa D. Carlota Joaquina. É bastante interessante este pomenor.

A medalha *não passa de passável*, diz o Encarregado de Negócios, e com certa razão porque ella está longe de poder ser considerada como uma obra de arte de valor.

As medalhas de ouro foram entregues aos agraciados, juntamente com umas *patentes* e uma pequena soma, entre 25 de Agosto e 25 de Dezembro do anno de 1800.

Pelo que consta dos despachos, sabe-se que se cunharam dois exemplares de ouro, para os agraciados, um de prata, provavelmente para o Príncipe Regente, o qual foi enviado para Portugal por intermédio do nosso Embaixador em Madrid, e mais alguns de cobre para diversas pessoas; mas o número destes últimos deve ter sido muito limitado, porque nunca vimos, nem temos conhecimento de nenhum outro exemplar, além do nosso.

Sômos, porém, levados a supor que Ribeiro Guimarães também viu algum exemplar da medalha para poder fazer a descrição desta que apresenta no seu citado trabalho, visto que nos documentos de que se serviu (pelo menos nos que encontrámos), se não acha tal descrição.

\*

A Rial Igreja de Santo António dos Portuguezes, em Roma, e várias edificações que lhe estão anexas, constituem um notável e antigo estabelecimento pio, pertencente à Nação Portuguesa, cuja fundação é attribuída a uma dama nobre, natural de Lisboa, D. Guiomar, nos fins do séc. XIV. Instalado, ao que parece, primitivamente, em umas

<sup>1</sup> Vid. a assinatura da medalha.

casas da fundadora, com a invocação de Nossa Senhora de Belém, foi depois transferido para outro local e ampliado pelos Cardiais, D. Antão Martins de Chaves e D. Jorge da Costa, tendo sido sempre destinado a receber peregrinos e enfermos da Nação Portuguesa, e administrado por indivíduos da mesma Nação. Parece que os seus primeiros estatutos foram aprovados por Inocêncio VIII e datam do ano de 1486; os segundos, de 1530, foram reformados em 1593, no Pontificado de Clemente VIII.

Em 1640 e 1683 fizeram-se sucessivamente outros tendo sido estes últimos aprovados pelo Papa Inocêncio XI.

Por Decreto de 14 de Dezembro de 1871 foram aprovados uns novos estatutos, de cujo projecto tinha sido encarregada uma comissão nomeada por Decreto de 2 de Agosto antecedente, composta do Conde de Tomar (presidente), António Aires de Gouveia, Bartolomeu dos Martires Dias e Sousa, e Eduardo Teixeira de Sampaio (secretário)<sup>1</sup>.

O estabelecimento, composto de igreja, hospital, várias propriedades urbanas e rústicas, direitos, acções e valores, passou então a denominar-se: Instituto Português de Santo António em Roma, e ficou sendo destinado exclusivamente a obras de piedade, de beneficência e de auxílio para instrução, a cidadãos portugueses ou de origem portuguesa.

Não nos tendo proposto fazer a história d'este estabelecimento pio abtemo-nos de mencionar várias outras reformas, e vicissitudes por que êle passou, e limitamo-nos a indicar novamente ao leitor os documentos relativos ao assunto, existentes no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Junqueira, Fevereiro de 1917.

ARTHUR LAMAS.

---

### O antiquario Felix Caetano da Silva

Para o trabalho que estou preparando acerca da *Numismatica em Portugal* tive de compulsar varios papeis respeitantes ao antiquario bẽjense Felix Caetano da Silva, a quem consagro umas linhas nesse trabalho: como porẽm não precisei de ali aproveitar todas as notas que tomãra, aqui publico os crescimos, que podem ser uteis a outro investigador.—A respeito do nosso antiquario cf. *O Arch. Port.*, v, 228.

---

<sup>1</sup> *Diário do Govêrno* n.º 288, de 20 de Dezembro de 1871.



Medalha conferida pelo Príncipe Regente, D. João, a dois italianos que salvaram a igreja e hospital de Santo António dos Portuguezes, em Roma